



PROJETO DE LEI Nº 413/2023

DATA: 15/12/23

SÚMULA: Regulamenta o repasse do incentivo financeiro adicional - IFA, aos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e aos Agentes de Combate às Endemias - ACE e dá outras providências."

AMIN JOSÉ HANNOUCHE, Prefeito do Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER

a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica recepcionado, no âmbito do Município de Cornélio Procópio/PR, a parcela extra-anual, prevista nos artigos 9º-D e 9º-E, da Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, devida aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio- Paraná.

Art. 2º - Trata-se de regulamentação do pagamento aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE), à título de incentivo profissional, da parcela denominada Incentivo Financeiro Adicional (IFA) ou incentivo financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação de ACS e de ACE, recebida anualmente do Ministério da Saúde, visando estimular os profissionais que trabalham nos programas estratégicos da política nacional de atenção básica e fortalecimento da atuação nos programas de vigilância em saúde, previsto no Decreto Federal nº 8.474, de 22 de junho de 2015, e nos já mencionados dispositivos da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterada pelas Leis Federais nº 12.994, de 17 de junho de 2014, e nº 13.708, de 14 de agosto de 2018.

§1º - O repasse do Incentivo Financeiro Adicional será efetuado uma vez por ano de forma integral no mês subsequente ao crédito em conta da parcela adicional recebida, em parcela única e individualizada através de rateio, entre os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE).

§2º - Farão jus ao Incentivo Financeiro Adicional previsto no caput deste artigo, todos os profissionais que se encontrem em pleno exercício de suas funções, e que estejam desenvolvendo participação efetiva de todas as atividades de fortalecimento e estímulos das práticas de prevenção e promoção da saúde, em prol da coletividade, e estejam devidamente cadastrados no Sistema de Informação do Ministério de Saúde.

§3º - Acarretará a perda do direito ao Incentivo Financeiro Adicional o ACS ou o ACE que no curso do período, estiver afastado, licenciado, com exceção nos casos de licença maternidade ou licença para tratamento de saúde, ou readaptado, com exclusão no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Art. 3º- O pagamento dos adicionais regulados por esta lei aos ACS e ACE estará estritamente vinculado e persistirá enquanto houver, o repasse do Governo Federal, específicos para este fim.

Av. Minas Gerais, 301, Cornélio Procópio - PR, 86300-000

Fone: (43) 3520-8000

CNPJ Nº 76.331.941/0001-70

Site: <http://www.cornelioprocopio.pr.gov.br>

Facebook: @prefeituracornelioprocopio



Art. 4º - Fica definido que os recursos orçamentários de que trata este projeto, correrão por conta do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde, advindo de recursos do Ministério de saúde.

Parágrafo único - Nos termos do §11, do art. 198 da Constituição Federal, os recursos advindos do Ministério da Saúde e destinados ao pagamento do Incentivo Financeiro Adicional não serão objeto de Inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.

Art. 5º - Caberá a Secretaria Municipal de Saúde o dever de manter atualizado o cadastro, para que se enquadre aos requisitos para credenciamento, junto ao Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), e a atualização dos dados dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias para que possam receber o Incentivo Financeiro Adicional.

Parágrafo único - Em havendo falha no cadastramento junto ao Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), por parte da Secretaria Municipal de Saúde, e recebimento de valores a menor da parcela relativa ao incentivo financeiro adicional, salvo novas contratações após o repasse pelo Ministério da Saúde, caberá à Secretaria Municipal de Saúde complementar o valor do repasse destinados aos profissionais.

Art. 6º - O incentivo adicional referido nesta lei não se confundirá com os vencimentos normais dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agentes de Combate as Endemias, ou com o décimo terceiro salário ou gratificação natalina respectivos.

Parágrafo único - O valor repassado por meio desta lei não se Incorporará aos vencimentos dos agentes beneficiados, não servindo de base de cálculo para o recebimento de qualquer outra vantagem funcional.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de dezembro de 2023

Amin José Hannouche
Prefeito Municipal

Angélica Carvalho Orphaneski de Mello
Secretária Municipal de Saúde



PROJETO DE LEI Nº 413/2023
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Senhores Vereadores, considerando que o Município de Cornélio Procópio cumpre com os requisitos de credenciamento e está habilitado junto ao Ministério de Saúde para fazer Jus à transferência dos incentivos financeiros federais de custeio nos termos da Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, do GM/MS, apresento o Projeto de Lei Municipal que trata do Incentivo Financeiro Adicional para os Agentes Comunitários de Saúde e para os Agentes de Combate às Endemias, a ser pago diretamente aos ocupantes dos referidos cargos.

A parcela denominada Incentivo Financeiro Adicional, recebida anualmente do Ministério da Saúde, previsto no parágrafo único do Artigo 5º do Decreto Federal nº 8.474, de 22 de junho de 2015, e na Lei Federal nº 12.994, alterada pela Lei nº 13.708/2018, visa estimular os profissionais que trabalham nos programas estratégicos da Política Nacional de Atenção Básica e fortalecimento da atuação dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Como os recursos financeiros federais ingressam no Fundo Municipal da Saúde, oriundos do Fundo Nacional de Saúde, o Poder Executivo Municipal não necessitaria de autorização legislativa para repassar os valores diretamente aos Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias.

Diante do exposto, e certo do costumeiro comprometimento desta Câmara de Vereadores é que pedimos apreciação e aprovação deste Projeto de Lei.

Amin José Hannouche
Prefeito Municipal

Curitiba, 14 de dezembro de 2023.

Ref. Projeto de Lei sobre o Incentivo Financeiro Adicional – Cornélio Procópio/PR

Projeto de Lei nº xxx/2023

“REGULAMENTA O REPASSE DO INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL - IFA, AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS E AOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E EU, PREFEITO (A) MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica recepcionado, no âmbito do Município de Cornélio Procópio/PR, a parcela extra anual, prevista nos artigos 9º-D e 9º-E, da Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, devida aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio – Paraná.

Art. 2º - Trata-se de regulamentação do pagamento aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE), à título de incentivo profissional, da parcela denominada Incentivo Financeiro Adicional (IFA) ou incentivo financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação de ACS e de ACE, recebida anualmente do Ministério da Saúde, visando estimular os profissionais que trabalham nos programas estratégicos da política nacional de atenção básica e fortalecimento da atuação nos programas de vigilância em saúde, previsto no Decreto Federal nº 8.474, de 22 de junho de 2015, e nos já mencionados dispositivos da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterada pelas Leis Federais nº 12.994, de 17 de junho de 2014, e nº 13.708, de 14 de agosto de 2018;

§1º - O repasse do Incentivo Financeiro Adicional será efetuado uma vez por ano de forma integral no mês subsequente ao crédito em conta da parcela adicional recebida, em parcela única e individualizada através de rateio, entre os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE);

§2º - Farão jus ao Incentivo Financeiro Adicional previsto no *caput* deste artigo, todos os profissionais que se encontrem em pleno exercício de suas funções, e que estejam desenvolvendo participação efetiva de todas as atividades de fortalecimento e estímulos das práticas de prevenção e promoção da saúde, em prol da coletividade, e estejam devidamente cadastrados no Sistema de Informação do Ministério de Saúde;



SINDICATO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

§3º - Acarretará a perda do direito ao Incentivo Financeiro Adicional o ACS ou o ACE que no curso do período, estiver afastado, licenciado, com exceção nos casos de licença maternidade ou licença para tratamento de saúde, ou readaptado, com exclusão no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Art. 3º - O pagamento dos adicionais regulados por esta lei aos ACS e ACE estará estritamente vinculado e persistirá enquanto houver o repasse do Governo Federal, específicos para este fim.

Art. 4º - Fica definido que os recursos orçamentários de que trata este projeto, correrão por conta do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde, advindo de recursos do Ministério de saúde.

Parágrafo único – Nos termos do §11, do art. 198 da Constituição Federal, os recursos advindos do Ministério da Saúde e destinados ao pagamento do Incentivo Financeiro Adicional não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.

Art. 5º - Caberá a Secretaria Municipal de Saúde o dever de manter atualizado o cadastro, para que se enquadre aos requisitos para credenciamento, junto ao Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), e a atualização dos dados dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias para que possam receber o Incentivo Financeiro Adicional.

Parágrafo único - Em havendo falha no cadastramento junto ao Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), por parte da Secretaria Municipal de Saúde, e recebimento de valores a menor da parcela relativa ao incentivo financeiro adicional, salvo novas contratações após o repasse pelo Ministério da Saúde, caberá à Secretaria Municipal de Saúde complementar o valor do repasse destinados aos profissionais.

Art. 6º- O incentivo adicional referido nesta lei não se confundirá com os vencimentos normais dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agentes de Combate as Endemias, ou com o décimo terceiro salário ou gratificação natalina respectivos.

Parágrafo único - O valor repassado por meio desta lei não se incorporará aos vencimentos dos agentes beneficiados, não servindo de base de cálculo para o recebimento de qualquer outra vantagem funcional.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cornélio Procópio, xx de xxxxxx de 2023.

PREFEITO (A) MUNICIPAL

Página 2

Sede Estadual: Rua General Carneiro, 50, Alto da Glória, Curitiba, PR, CEP 80060-150
Telefone / WhatsApp: (41) 3022-1609 / (41) 98798-8097, E-mail: paranasindacs@gmail.com, Web: www.sindacspr.org.br
CNPJ: 08168843/0001-03

JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores, considerando que o Município de Cornélio Procópio cumpre com os requisitos de credenciamento e está habilitado junto ao Ministério de Saúde para fazer jus à transferência dos incentivos financeiros federais de custeio nos termos da Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, do GM/MS, apresento o Projeto de Lei Municipal que trata do Incentivo Financeiro Adicional para os Agentes Comunitários de Saúde e para os Agentes de Combate às Endemias, a ser pago diretamente aos ocupantes dos referidos cargos.

A parcela denominada Incentivo Financeiro Adicional, recebida anualmente do Ministério da Saúde, previsto no parágrafo único do Artigo 5º do Decreto Federal nº 8.474, de 22 de junho de 2015, e na Lei Federal nº 12.994, alterada pela Lei nº 13.708/2018, visa estimular os profissionais que trabalham nos programas estratégicos da Política Nacional de Atenção Básica e fortalecimento da atuação dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Como os recursos financeiros federais ingressam no Fundo Municipal da Saúde, oriundos do Fundo Nacional de Saúde, o Poder Executivo Municipal não necessitaria de autorização legislativa para repassar os valores diretamente aos Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias.

Diante do exposto, e certo do costumeiro comprometimento desta Câmara de Vereadores é que pedimos apreciação e aprovação deste Projeto de Lei.



Ondna Rodrigues Macedo – Presidente

SINDICATO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 08.168.843/0001-03



Rafael O. de Carvalho - OAB/PR 43.516

Jurídico SINDACS/PR